

LEI Nº 981, DE 11 DE JULHO DE 2011.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2012 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, e nas normas da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, as diretrizes orçamentárias do Município para 2012, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VI – as disposições gerais.

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Constituem prioridades e metas da administração pública municipal a serem priorizadas na proposta orçamentária para 2012, em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição da República, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2012, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, as metas fiscais determinadas nos anexos que compõem esta lei:

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 4º O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme, a seguir, discriminados:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – juros e encargos da dívida;
- III – outras despesas correntes;
- IV – investimentos;
- V – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição; e
- VI – amortização da dívida.

Art. 5º O orçamento compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos, Autarquias, inclusive especiais, e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Parágrafo Único – Os conselhos municipais encaminharão ao poder executivo, até 30 (trinta) de agosto de 2011, a proposta orçamentária do fundo municipal a que estiver vinculado, através de ofício, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 6º A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I – à concessão de subvenções econômicas;
- II – ao pagamento de precatórios judiciais, e

III – as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 7º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo, e a respectiva lei, será constituído de:

I – Mensagem

II - texto da lei;

III– quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V – discriminação da legislação da receita.

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I – evolução da receita segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição;

II – evolução da despesa segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;

III – resumo das receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

IV – resumo das despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

V – receita e despesa, do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI – receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VII – despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa;

VIII – despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;

IX – programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição da República, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

X Programação referente a ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 77, dos atos das disposições constitucionais transitórias, da Constituição da República, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação.

Art. 8º O Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de agosto de 2011, sua respectiva proposta orçamentária, através de ofício, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 9º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2012 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. Serão divulgados na Internet, ao menos:

I – pelo Poder Executivo, informações relativas à elaboração do projeto de lei orçamentária:

- a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- b) a proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares;

Art. 11. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2012 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário.

Art. 12. O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2010-2013, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 13. O Poder Legislativo terá como limites das despesas correntes e de capital em 2012, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o somatório da receita tributária e das transferências constitucionais determinadas pela Emenda 25, de 14 de fevereiro de 2000, respeitando os limites de acordo com a população do município, alterado pela emenda constitucional 58, de 23 de setembro de 2009.

Art. 14. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15. Na programação da despesa não poderão ser:

- I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

Art. 16. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o inciso II do *caput* do art. 36 desta Lei.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender à despesas com:

I – celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II – sindicatos, clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

III – pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado;

Art. 18. Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito aprovadas pelo Poder Legislativo.

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II – sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

IV – sejam declaradas de utilidade pública pelo Município.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins econômicos deverá apresentar declaração de funcionamento regular do último ano e emitida no exercício de 2012 por uma autoridade local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 20. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios e/ou contribuições" para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas em dos seguintes conselhos: Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social.

III – Associações microrregionais;

IV – Consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública, e que participem da execução de programas nacionais de saúde;

V - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

VI - cadastradas junto aos Ministérios, Secretarias de Estado, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, saúde, segurança, assistência social, agricultura e pecuária, esporte, lazer e turismo, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, revendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente, exceto no caso do inciso III do *caput* deste artigo; e

III – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 21. A execução das ações de que tratam os arts. 19 e 20 fica condicionada à autorização específica exigida pelo *caput* do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 22. A proposta orçamentária poderá conter reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, cinco por cento da receita corrente líquida.

Art. 23. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 3º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 4º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Poder Legislativo por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 5º Os créditos adicionais aprovados pelo Poder Legislativo serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 24. O Poder Executivo fará publicar até 31 de agosto de 2011, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 25. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a despesa da folha de pagamento de 2011, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos federais.

Parágrafo único. Os valores correspondentes ao reajuste geral de pessoal referido no *caput* constarão de previsão orçamentária específica, observado o limite do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 26. Para efeito de cálculo dos limites de despesa total com pessoal, por Poder e órgão, previstos na Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo colocará à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme previsto no § 2º do art. 59 da citada Lei Complementar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre ou semestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida.

Art. 27. No exercício de 2012, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

- I – existirem cargos vagos a preencher;
- II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III – for observado o limite previsto na Lei Complementar n.º 101, de 2000.

Art. 28. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição da República, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, constantes de anexo específico do projeto de lei orçamentária, observado o disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 29. No exercício de 2012, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento do limite referido no art. 22 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, exceto nos casos previstos na lei orgânica do município, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência da Secretaria de Administração.

Art. 30. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I – sejam assessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

- II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art 31 - No mês de janeiro, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais deverá ser empenhada por estimativa para todo o exercício, observado o limite de 90% da dotação constante da Lei Orçamentária.

§ 1º Na estimativa de que trata o “*caput*”, é vedada a inclusão de qualquer despesa que não seja com a folha normal.

§ 2º Para efeito deste artigo, a folha normal compreende as despesas com remuneração do mês de referência, décimo terceiro salário, férias, abono de férias e outras vantagens pecuniárias, previstas na Lei Orçamentária.

§ 3º O pagamento de despesas não previstos na folha normal somente poderá ser efetuado em folha complementar, condicionado à existência de prévia e suficiente dotação orçamentária.

Art 32 - As dotações remanescentes da aplicação do disposto no artigo anterior, identificado pela Secretaria da Fazenda, poderão, ser remanejadas, inclusive para outros órgãos, observados os limites autorizados na Lei Orçamentária.

Parágrafo único. As dotações mencionadas no “caput” somente poderão ser redistribuídas para outro órgão mediante autorização do Prefeito Municipal.

Art 33 - Os órgãos setoriais de orçamento ou equivalentes indicarão à Secretaria da Fazenda as dotações que deverão ser canceladas, bem como os limites a serem reduzidos, para abertura de créditos adicionais, destinados ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais, sempre que for identificada insuficiência de recursos nestas dotações.

CAPÍTULO V DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

Art 34 - Somente poderão ser inscritas em “Restos a Pagar” as despesas efetivamente realizadas, bem como as não processadas que venham a ser realizadas no exercício seguinte.

§ 1º Considera-se efetivamente realizada a despesa em que o bem tenha sido entregue ou o serviço tenha sido executado.

§ 2º Os saldos de dotações referentes às despesas não processadas que não terão sua efetiva realização no exercício seguinte deverão ser anulados.

§ 3º Havendo interesse da Administração, as despesas mencionadas no parágrafo anterior poderão ser empenhadas, até o montante dos saldos anulados, à conta do orçamento do exercício seguinte, observada a mesma classificação orçamentária.

§ 4º Os órgãos de contabilidade analítica anularão os saldos de empenhos que não se enquadrem no disposto neste artigo, quando as anulações não houverem sido efetivadas pelo ordenador de despesas.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 36. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 38. Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e do previsto no art. 11 desta Lei, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 2º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do *caput*, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

Art. 39. Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 40. Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros, conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 41. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;

Art. 42. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 43. Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2012, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.

§ 1º Os atos de que trata o *caput* conterão cronogramas de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, por órgão, contemplando limites para a execução de despesas não financeiras.

§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no *caput* e os que o modificarem conterão:

I – metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos;

§ 3º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo, terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 44. Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento ao Poder Legislativo a data, improrrogável, de 30 de dezembro.

Art. 45. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades, e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 46. Se o projeto de lei orçamentária não for devolvido com autógrafos pelo Presidente da Câmara até 31 de dezembro de 2011, para sanção do Prefeito Municipal, a programação dele constante poderá ser executada até o limite de um doze avos de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal.

Art. 47. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 48. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o *caput* deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada.

Art. 49. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 50. Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite estabelecido no artigo 24, incisos I e II da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Art. 51. As transferências de recursos do Município, consignados na Lei Orçamentária anual à União, Estados e aos Municípios a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas mediante convênio, acordo ou instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Fortaleza de Minas, 14 de junho de 2010.

Wilson Pereira
Presidente

Francisco Ronivaldo Rodrigues
Vice-Presidente

Maria Aparecida de Queiroz
Secretária

FORTALEZA DE MINAS		METAS FISCAIS	
ESTADO DE MINAS GERAIS		QUADRO H	
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	a) Modernização dos Sistemas de administração tributária com a finalidade de elevar a arrecadação tributária da Prefeitura Municipal.		
	b) Modernizar o gerenciamento da folha de pagamento de pessoal para redução efetiva do custeio da Prefeitura Municipal.		
	c) Consolidação da política de recursos humanos voltados para a capacitação e desenvolvimento gerencial do servidor público.		
	d) Modernização da execução orçamentária, incorporando ferramentas de análise gerencial no processamento das receitas e despesas públicas.		
	e) Ampliação e reformulação do projeto democrático do orçamento com a integração das políticas públicas setoriais no contexto de discussões e decisões.		
	f) Promoção de ações visando ampliar e consolidar a descentralização administrativa.		
	g) Consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado.		
	h) Implantação do sistema de controle interno, atuando preventivamente na detecção de irregularidades e como instrumento de gestão.		
	i) adquirir imóveis para funcionamento de órgãos e serviços públicos		
	j) adquirir imóveis visando o pleno funcionamento dos conselhos municipais e associações.		
	k) equipar os conselhos municipais e custear as despesas como material de escritório, materiais de limpeza e outros.		
	l) criação e destinação de recursos para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.		
	m) contribuir para o exercício das atividades da Polícia Civil e Militar		
	n) firmar convênio visando a criação da Patrulha Rural		
	o) Doação de uniformes para servidores municipais		
	p) Implantação de Programa e Manutenção das Estradas Rurais		
	q) Restauração total da estrada do bairro rural catuaí		
	r) celebração de convênio com a Emater para assistência aos produtores rurais.		
	s) Aquisição de imóvel para a sede do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente		
	t) manutenção na sede do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente		
	u) Aquisição e manutenção de viatura para a patrulha rural		
	v) liberação remunerada de servidor público para o exercício de atividade sindical		
	w) capacitação dos membros dos conselhos municipais e associações comunitárias		
	x) pagamento de convênio Programa Provias		
	y) pagamento de parcelamento de dívida com o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Fortaleza de Minas - IMPRESFORT		
	z) recuperação das perdas salariais dos servidores municipais, acumuladas de maio de 2006 a abril de 2012, tendo como base os reajustes do salário mínimo.		
	a.2) fixação do piso salarial dos servidores públicos municipais em valor equivalente a um salário mínimo e meio.		
b.2) implantação de plano de saúde dos servidores públicos municipais			
c.2) construção de local adequado para alimentação dos servidores públicos municipais que trabalham na usina de reciclagem de lixo.			

	d.2) fornecimento de protetor solar aos servidores municipais que trabalham expostos ao sol
	e.2) revisão do plano de cargos e carreiras com a transformação de todos os cargos isolados em cargos de níveis I, II e III.
	f.2) Concessão de auxílio alimentação aos servidores públicos municipais, conselheiros tutelares.
	g.2) Contratação de Técnico de Segurança do Trabalho e fornecimento de EPIs aos servidores públicos municipais.
	h.2) Aquisição de aparelho de fax para o Conselho Tutelar
	l. 2) aumento da remuneração dos conselheiros tutelares
	j. 2) Construção de rede de água, esgoto e iluminação das propriedades do sítio rotatória.
	FORTALEZA DE MINAS
	METAS FISCAIS
	ESTADO DE MINAS GERAIS
	QUADRO H
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E APOIO A CULTURA	a) atendimento ao ensino fundamental incluindo a educação especial de jovens e adultos e programas de alfabetização de jovens e adultos, buscando melhorar a qualidade de ensino fundamental e estimulando a erradicação do analfabetismo
	b) apoiar o ensino, a alfabetização e a qualificação de professores, buscando melhorar a qualidade do ensino municipal.
	c) Estimular a erradicação do analfabetismo.
	d) Distribuição de material, uniformes e merenda escolar
	e) Atendimento ao transporte escolar.
	f) assegurar 2% da receita no Ensino Especial.
	g) Aprimoramento de programas assistenciais.
	h) Desenvolvimento e divulgação de estudos, pesquisas e avaliações educacionais.
	i) Expansão do atendimento à educação infantil, para crianças de 0 a 5 anos.
	j) Coordenar, supervisionar e desenvolver atividades que culminem na melhoria da qualidade do ensino fundamental, em todas as suas modalidades, de forma a assegurar o acesso a escola e diminuir os índices de analfabetismo, e repetência e evasão.
	k) Assegurar a remuneração condigna do magistério consoante ao que dispõe a emenda constitucional nº. 14/96
	l) Definição e implantação da Política de Educação infantil em consonância com as exigências estabelecidas na Lei de Diretrizes Básicas da Educação de 1996, reconhecida como a primeira etapa da educação básica e direito das crianças.
	m) Apoiar o ensino de nível médio e superior
	n) implantar o programa de informatização das escolas municipais
	o) Estimular a prática de competições educacionais
	p) conceder auxílio financeiro a estudantes para transporte escolar, aquisição de materiais escolares e mensalidade escolar
	q) construir prédio escolar dotado de infra-estrutura para funcionamento de escola em tempo integral
	r) Conceder bolsa de estudos aos alunos residentes no município
	s) Criação de uma escola técnica profissionalizante
	t) manutenção da creche municipal
U) Instituição de ensino supletivo, curso preparatório para vestibular de curso de idiomas (ingles e espanhol)	

	v) Criação do Centro de Formação de Adolescente
	w) fimar convênios com municípios vizinhos visando cooperação para custeio de transporte escolar
	x) Apoio às entidades de caráter cultural
	y) Apoiar e promover eventos culturais
	z) Colaborar para a preservação do folclore
	a.2) Construção da biblioteca pública e da casa da cultura
	b.2) Construção de galpão destinado aos grupos folclóricos do Município (Terno de Congos, Moçambique e Folia de Reis)
	c.2) Ajuda de custo aos estudantes que cursam faculdades em municípios distantes
	d.2) Conceder auxílio financeiro a estudantes para cursar um segundo curso universitário e pós graduação.
	e.2) Garantia ao acesso aos bens culturais, descentralizando as ações de cultura e implantando equipamentos descentralizados
	f.2) Preservação da memória e do patrimônio cultural
	g.2) garantia da manutenção das atividades existentes nas unidades
	h.2) incentivo a produção artística emergente
	i.2) estímulo à participação da sociedade civil
	j.2) preservação das identidades étnicas
	FORTALEZA DE METAS FISCAIS
	MINAS
	ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍTICAS DE SAÚDE	a) Promover a qualificação de recursos humanos, de modo que se obtenha maior produtividade e melhoria nos serviços prestados.
	b) Aprimoramento e desenvolvimento da atenção básica, da atenção secundária bem como da urgência e emergência.
	c) Adequação da política e estrutura de recursos humanos.
	d) Aprimoramento do controle de zoonoses e da vigilância sanitária.
	e) Aprimoramento da atenção à saúde mental.
	f) Aumento e fortalecimento da participação cidadã na definição das políticas de saúde.
	g) Avanço na regulação hospitalar e ambulatorial.
	h) reforma de unidades.
	i) aprimoramento da atenção à saúde bucal.
	j) Aprimoramento do sistema de informação.
	k) Adquirir e distribuir medicamentos de uso corrente, visando atender os grupos populacionais mais carentes.
	l) Gerenciar os tratamentos e atendimentos fora do município- TFD.
	m) Equipar os Serviços de Saúde.
	n) Construção de prédio para o Programa de Saúde da Família - PSF.
	o) Desenvolvimento de ações de assistência médica e odontológica em regime ambulatorial e de internações, bem como apoiar a assistência médica à família prestada por agentes comunitários de saúde.
	p) implantação do PSF em todos os bairros rurais
q) distribuição de remédios nos bairros rurais	

	r) aquisição de unidade móvel odontológica para atendimento nos bairros rurais
	s) implantação do programa de prioridade no atendimento de urgência
	t) elaboração da política de saneamento, definindo diretrizes que subsidiem a administração pública municipal no trato das ações relacionadas ao saneamento básico.
	FORTALEZA DE MINAS
	METAS FISCAIS
	ESTADO DE MINAS GERAIS
	<i>QUADRO H</i>
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL	a) Construção e ou reforma de casas para famílias de baixa renda.
	b) implantação de plano de pavimentação e recapeamento de vias
	c) Viabilização e implantação gradativa do tratamento de resíduos sólidos, possibilitando a devolução dos resíduos como matéria prima ao setor produtivo e ao meio ambiente de forma estabilizada e segura.
	d) Implantação de instrumentos de gestão na área da saúde capazes de garantir melhor qualidade no atendimento e nos serviços prestados ao cidadão.
	e) Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social.
	f) Consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos
	g) Implantação, recuperação e instalação de obras e equipamentos de esporte e lazer em parques, praça de esportes e campos da cidade.
	h) Implantação de programa estrutural de área de risco, contemplando obras necessárias à eliminação em caráter definitivo dos riscos existentes em moradias, além de ações emergenciais.
	i) Garantir a cobertura nutricional de 100% das necessidades das crianças assistidas nas creches e entidades infanto-juvenis, públicas e comunitárias conveniadas com o município.
	j) Incentivo à produção e à comercialização direta de alimentos.
	k) Assistência alimentar ao escolar da rede pública municipal.
	l) Manutenção do serviço de atendimento a idosos.
	m) Aprimoramento de programas assistenciais como: bolsa família e benefício de prestação continuada, etc.
	n) Ampliação da inserção das pessoas portadoras de deficiências nas políticas públicas.
	o) Manutenção, ampliação e aprimoramento do atendimento a crianças e adolescentes de 0 a 14 anos.
	p) Implantação e manutenção de cursos de qualificação profissional para jovens.
	q) Execução de obras de meio fio, pavimentação e recapeamento das vias urbanas
	r) fornecer suporte técnico e financeiro a associações comunitárias e entidades de caráter assistencial, com incentivo a elaboração de projetos.
	s) Doação de material e mão de obra para restauração de casas de pessoas carentes
	t) Execução de Política de Proteção Especial a Criança e ao Adolescente
u) Consolidação de Banco de Empregos	
v) Construção de abrigo ou casa de atenção ao menor	
w) Implantação de Programa de prevenção e tratamento de dependentes químicos	

	x) Desenvolvimento do Projeto de Hortas Comunitárias		
	y) Aquisição de terrenos para construção de casa popular		
	z) Implantação Projeto Internet Gratuita		
	a.2) Asfaltamento e sinalização do Conjunto Habitacional Oraida de Melo		
	b.2) Implantação de Programa Obrigatório de Construção de Passeios e Limpeza de Terrenos		
	c.2) Destinação de recursos para manutenção do centro de referência de assistência social - CRAS		
	d.2) reforma dos parques urbanos e rurais		
	e.2)		
	f.2)		
	FORTALEZA DE MINAS	METAS FISCAIS	
	ESTADO DE MINAS GERAIS		QUADRO H
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	a) Ampliação da atuação de empresas no Município.		
	b) Construção/ Reforma do Parque de Exposição.		
	c) Instalação do Distrito Industrial de Fortaleza de Minas		
	d) Incentivo à instalação de Usina de Biodiesel e microdestilaria de álcool		
	e) Programa de Incentivos para instalação de indústrias		
	f) Criação do Programa Municipal de Turismo		
	g) Incentivo a realização de feiras e exposições de produtos artesanais		
	h) Criação do "Portal Fortaleza" na Rodovia MG 050 "Morro do Ferro"		
	i) Conservação das Estradas Vicinais		
	j) Asfaltamento dos trechos críticos das estradas rurais		
	k) Conclusão do asfaltamento das estradas Fortaleza\Jacuí e Fortaleza\MG - 050 Morro do Ferro		
	l) Celebração de termos de parcerias com a Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Fortaleza de Minas - ADESFORT		
	m) Criação de um Ponto de Exposição e venda dos produtos locais		
	n) Construção do Tathersal		
	FORTALEZA DE MINAS	METAS FISCAIS	
	ESTADO DE MINAS GERAIS		QUADRO H
	a) Concessão de incentivos financeiros e tecnológicos a agricultura familiar.		
	b) Mecanização Agrícola		
	c) incentivo à melhoria da produção de bovinos, equinos, suínos e muares.		
	d) Aquisição de máquinas para assistência aos pequenos produtores rurais		

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

- e) Concessão de incentivos financeiros e tecnológicos às associações e central das associações
- f) Criação do Programa de Construção de represas
- g) Promover e custear curso de capacitação para produtores e trabalhadores rurais
- h) Construção de sede para as Associações Rurais
- i) Criação e manutenção de uma Central de vendas de produtos agropecuários
- j) Firmar convênio com as associações rurais para cessão de maquinários agrícolas para uso dos associados
- k) Criação do Programa de Melhoramento genético de rebanho bovino com doação às associações rurais de botijões de sêmen para inseminação artificial
- l) Criação do Fundo Municipal de Agricultura
- m) Extensão de telefonia celular nos bairros rurais
- n) Aquisição de tratores com arado reversível, grade, carreta, plantadeira, ensiladeira para as associações rurais
- o) Aquisição de caminhões para escoamento da produção rural
- p) aquisição de uma colheitadeira de três linhas com tração nas quatro rodas
- q) implantação de fábrica de torrefação de café com torrador industrial, um moinho industrial e uma empacotadora e aquisição de uma secadora de café.
- r) implantação de programa de construção da casa própria no meio rural
- s) implantação de telefonia fixa na zona rural
- t) construção de guaritas em pontos estratégicos na zona rural
- u) aquisição e distribuição de alevinos para produção em tanques
- v) implantação do programa de incentivos a produção de produtos orgânicos

FORTALEZA DE MINAS

METAS FISCAIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍTICA AMBIENTAL

- a) planejar e executar obras essenciais à defesa da fauna e da flora
- b) planejar e executar obras reparadoras de danos causados por secas e inundações
- c) estabelecer medidas de combate à poluição
- d) planejar e executar a limpeza de rios, córregos e açudes.
- e) planejar e executar obras para construção e tratamento de esgoto sanitário
- f) desapropriar área, se necessário, para construção de um horto florestal
- g) arborização da cidade e da estrada que leva a cachoeira do val
- h) construção de fossas sépticas e tratamento de água na zona rural
- i) Repovoamento do Rio São João e Rio Santana com alevinos e peixes juvenis
- j) apoio às associações ambientais
- k) Desenvolver projetos de pesquisas de águas e recuperação de nascentes, matas ciliares, córregos, ribeirões e rios do município, com a construção de cercas e plantio de mudas nativas.
- l) realização de campanhas educativas sobre preservação ambiental junto aos produtores rurais, escolas e população em geral
- m) criação do calçadão as margens do Rio São João

	n) firmar convênios e parcerias com o FEAN
	O) firmar convênios e parcerias com o Município de São Sebastião do Paraíso visando despoluição do Rio Santana
	p) canalização do esgoto na Rua Espírito Santo
	q) recuperação de área de preservação permanente - APPS
	r) incentivos a produção de mudas de arvores nativas em viveiros
	s) implantação de projeto de coleta seletiva de lixos e coletas de óleos
	t) prolongamento da canalização do córrego Quim Brito
	u) construção da estação de tratamento de esgoto
FORTALEZA DE MINAS	METAS FISCAIS
ESTADO DE MINAS GERAIS	QUADRO H
POLÍTICAS DO SETOR DE ESPORTES	a) Ampliação do desenvolvimento da população à prática ao esporte e lazer através de programas comunitários.
	b) Recuperação, reparação e implantação de equipamentos esportivos.
	c) Estímulo e ampliação de atividades esportivo-recreativas à comunidade, através de promoção e eventos.
	d) apoio à entidades.
	e) reforma e adequação do estádio municipal
	f) reforma do telhado do poliesportivo
	g) incentivo a olimpíada municipal
	h) construção da pista de caminhada
FORTALEZA DE MINAS	METAS FISCAIS
ESTADO DE MINAS GERAIS	QUADRO H
POLÍTICAS DO SETOR DE TURISMO E EVENTOS	a) Ampliação e manutenção das alternativas de turismo e eventos.
	b) Ampliação do volume e melhoria da qualidade das informações turísticas e técnicas disponibilizadas para a população, turistas e investidores.
	c) Promoção e divulgação turística, projetando a cidade nos cenários estadual e nacional de turismo, lazer, eventos e negócios.
	d) Estímulo à melhoria e ampliação da infra-estrutura de turismo, lazer, eventos e negócios.
FORTALEZA DE MINAS	METAS FISCAIS
ESTADO DE MINAS GERAIS	QUADRO H
POLÍTICA DO SETOR RODOVIÁRIO	a) Ampliação e manutenção da malha rodoviária municipal com abertura de novas estradas.
	b) Melhoria do sistema de esgoto de águas pluviais, construção e reforma de pontes, aterros, mata-burros, etc.
	c) Pavimentação das estradas rurais com a utilização de cascalho e brita, ligando a sede às propriedades rurais e a outros municípios.

	d) implantação de programa de educação no trânsito
	FORTALEZA DE MINAS ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍTICAS DO LEGISLATIVO	a) Aquisição de Imóvel
	b) Doação de uniformes para servidores da Câmara Municipal
	c) Reforma e construções
	d) ampliação da sede da Câmara Municipal
	e) implantação de programa para capacitação dos servidores da Câmara Municipal
	f) criação de cargos
	g) Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores.
	h) Plano de Saúde para os servidores da Câmara Municipal.
POLÍTICAS ASSISTENCIA SOCIAL	FORTALEZA DE MINAS ESTADO DE MINAS GERAIS
	a) qualificação e apoio à participação da gestão do CMAS.
	b) implantação, implementação, qualificação e aperfeiçoamento de serviços, programas, projetos e benefícios no campo da política de assistência social.
	c) implantação e gerenciamento do sistema de monitoramento e avaliação da política de assistência social.
	d) serviços administrativos; manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de imóveis utilizados pela SMAS; tecnologia da informação, sob a ótica do SUAS, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos e demais atividades – meio necessárias à gestão e administração do programa.
	e) manutenção do CMAS; realização de conferências, recursos humanos e estruturas físicas e material entre outras condições necessárias a funcionamento do conselho.
	F) Desenvolvimento de atividades de capacitação co-financiamento do PAIF, ofertado no CRAS.
	g) Co-financiamento de atividades complementares as ações do serviço de proteção social básica as famílias/PAIF, ofertadas no CRAS ou na rede de serviços socioassistenciais de proteção básica, tais como: serviços de convivência para pessoas idosas e serviços sócio educativo para crianças de 0 a 6 anos, adolescentes e jovens.
	h) Construir centros de custos para custeio de despesas oriundas da gestão do PDF, vinculadas as modalidades de atividades; gestão de condicionalidade, gestão de benefícios; acompanhamento das famílias beneficiárias em especial daquelas em situação de maior vulnerabilidade, cadastramento de novas famílias e atualização dos dados do cadastro único;
	i) implementação de programas complementares para famílias beneficiárias do PBF, nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, capacitação profissional, desenvolvimento territorial, entre outras; fiscalização do PBF e do CADUNICO; e controle social do PBF no município.
	Co-financiamento para construção, ampliação, reforma, modernização tecnológica, aparelhagem, mobiliado e equipamentos das unidades de proteção social básica.